

PRODUTO I

“Avaliação da assimilação dos cursos relacionados à temática dos Direitos Humanos e seus impactos na percepção que os policiais têm do seu cotidiano profissional”

Elaboração do Instrumento de Coleta

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aécio Neves da Cunha

VICE-GOVERNADOR / PRESIDENTE DO COMITÊ DE DEFESA SOCIAL

Antônio Augusto Junho Anastasia

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Maurício de Oliveira Campos Júnior

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Coronel-PM Renato Vieira de Souza

CHEFE DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Delegado Geral Marco Antônio Monteiro de Castro

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

Coronel BM Gilvan de Almeida Sá

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Luzia Soraia Silva Ghader

SUPERINTENDENTE DE AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

José Francisco da Silva

EMPREENDEDORA PÚBLICA / GERENTE DO PROJETO ESTRUTURADOR

Silvia Caroline Listgarten

DIRETORA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Juliana Maron

GERENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Edmilson Antonio Pereira Junior

COLABORADORES

Cap PM Cláudio Duani Martins

Cap. BM Amanda Cristina Miranda

Adriana Maria da Costa

Lilian Regina Gomes G Lemos

Maria Helena Nobre de Moura

Sandra Regina

COORDENADOR DA AÇÃO

Aline Soares Gonzaga

DIRETORIA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Márcia Cássia Pinto Sales

Nilo Vianna Teixeira

Rhona Maria Correa Kayello

Viviane Batista Ferreira

Vanessa Viana Carvalho

COORDENADOR DA PESQUISA
Robson Sávio Reis Souza (CRISP)

EQUIPE DE CAMPO

Simone Santos
Lívia Henriques
Aline Nogueira
Cynthia Semíramis

SUMÁRIO

I – Introdução:	2
II – Marco Teórico	3
III - Metodologia:	7
3.1. Tipo da pesquisa.....	7
3.1.1. Pesquisa qualitativa: grupo focal.....	7
3.2. Universo da pesquisa	10
3.2.1. Municípios	10
3.3. Plano amostral ou perfil dos abordados:.....	10
IV – ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA	11
4.1. Revisão Bibliográfica	11
4.2. Mapeamento da Proposta Pedagógica	22
4.3. Listagem dos profissionais treinados e ou capacitados pela SEDS	23
V - Referências Bibliográficas:	25

I – Introdução:

O presente relatório tem como objetivo fornecer informações sobre o andamento da pesquisa intitulada **“Avaliação do impacto dos cursos relacionados à temática dos Direitos Humanos na *performance* dos profissionais do sistema de defesa social”** à Superintendência de Avaliação e Qualidade de Atuação do Sistema de Defesa Social (SASD). Neste volume, especificamente, consta o primeiro produto previsto na proposta submetida ao Edital 27/2009, a saber: (1) **“Elaboração do Instrumento de Coleta”**.

Na seção de **“Elaboração do Instrumento de Coleta”**, constam as informações referentes aos seguintes serviços já executados: (1) ***Levantamento Bibliográfico***, (2) ***Mapeamento da Proposta Pedagógica***, (3) ***Listagem dos profissionais treinados pela SEDS***.

II – Marco Teórico

A concepção atual de direitos humanos é recente, remontando à implantação do Estado moderno através das Revoluções Burguesas (notadamente a Revolução Francesa de 1789-1799), com a ascensão de um modelo de Estado que adota a filosofia política e econômica iluminista (HESPANHA, 2005; SABADELL, 2006). Ou seja, trata-se de uma visão ocidental, européia, que não tem mais de trezentos anos, e que ainda norteia nossa sociedade.

Vários autores analisaram as transformações trazidas pelo iluminismo e pelas Revoluções Burguesas, mas Michel Foucault faz uma análise mais profunda, que deixa evidente as estruturas das relações de poder que marcam o Estado moderno, destacando o papel do direito (e, por consequência, o papel dos agentes estatais) na criação e manutenção desse Estado. É imprescindível estudar essas relações para que seja possível compreender quais ideias sustentam a luta por direitos humanos atualmente.

Foucault (1999, p.28-29) observa que em nossa sociedade coexistem muitas relações de poder, que geram uma produção de um discurso tido como verdadeiro. Este discurso se torna norma, regra de direito encampada pelo Estado, determinando uma atuação disciplinar, com regras sociais que geram punições e formas de viver ou de morrer.

Nessa perspectiva, Foucault propõe a análise do direito não sob a tradicional ótica da legitimidade, mas dos “*procedimentos de sujeição que ele põe em prática*” (FOUCAULT, 1999, p.32), com o Estado patrocinando atividades que permitam vigiar, treinar, utilizar ou até punir determinados corpos, endossando uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999, p.289) que atenda às necessidades de preservação dos interesses do Estado. É sob essa perspectiva que se tem o uso da prisão como forma de treinar corpos para o trabalho nas fábricas no auge da Revolução Industrial (BATISTA, 1990; MELOSSI; PAVARINI, 2006), e se tem o incentivo ao racismo.

É importante destacar que Foucault considera racismo como um mecanismo de poder que valora e diferencia grupos sociais, submetendo esses grupos a uma política de Estado, e não como uma luta específica. Para ele, não há “*funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo*” (FOUCAULT, 1999, p.304).

Nessa perspectiva, o racismo tem duas funções: a primeira função é dividir a população em grupos e subgrupos, definindo uma hierarquia de um grupo em relação a outros. A segunda função reforça o discurso de guerra “*para viver, é preciso que você massacre seus inimigos*”, mas aplicada aos grupos sociais considerados inferiores, inadequados, objetivando “melhorar” a sociedade. Nas palavras de Foucault (1999, p.305), “*a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia*”.

O Estado pode, assim, criar grupos sociais a partir de papéis de gênero, de orientação sexual, de classe, de ideologia, de religião. Dessa forma, tais grupos se transformam em inimigos do Estado, que serão rotulados como perigosos, identificados e punidos (inclusive por agentes de segurança pública) para que não ameacem a ordem moral, política e econômica vigente. Incluem-se aqui tanto os criminosos classificados por Cesare Lombroso, quanto mulheres que fogem dos papéis tradicionais da virgindade, maternidade e domesticidade, homossexuais, transexuais, operários que reivindicam direitos trabalhistas, opositores políticos, praticantes de religiões não-oficiais.

Portanto, conclui Foucault a respeito do racismo:

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano.[...] Vocês compreendem então, nessas condições, como e por que os Estados mais assassinos são, ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas. (FOUCAULT, 1999, p. 309)

Com efeito, o Estado que levou mais longe esse ideário racista foi o Estado nazista, durante a primeira metade do século XX, negando a alguns grupos de seres humanos a sua qualidade de pessoa, restringindo seus direitos, e despersonalizando-os ao ponto de utilizá-los como animais em experimentos científicos. Nas demais sociedades ocidentais o racismo não chegou à despersonalização, como no caso nazista, se limitando ao uso do direito

(especialmente do direito penal) para lidar com inimigos do Estado. Como observa Zaffaroni:

Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um *ente perigoso*. A rigor, quase todo o direito penal do século XX, na medida em que teorizou admitindo que alguns seres humanos são perigosos e só por isso devem ser segregados ou eliminados, *coisificou-os* sem dizê-lo, e com isso deixou de considerá-los pessoas, ocultando esse fato com racionalizações. (ZAFFARONI, 2007, p.18)

As atrocidades cometidas pelo Estado nazista motivaram um movimento internacional de proteção aos direitos das pessoas, independentemente do Estado em que vivam. Esses direitos foram (e ainda são) pactuados em diversas declarações de direitos humanos, e ratificados por inúmeros Estados, inclusive o Brasil, que elevam esses direitos à categoria de direitos fundamentais. Dentre as declarações, as mais importantes são a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto dos Direitos Civis e Políticos (também chamados direitos individuais, e que inclui o direito à vida, igualdade, liberdade, segurança e propriedade) e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos de 1966). Em âmbito regional, se destaca a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969).

A doutrina jurídica atual (SILVA, 2003; JAYME, 2005; CARVALHO, 2004) considera que os direitos humanos são universais, indivisíveis, imprescritíveis e irrenunciáveis. Iniciaram-se com as revoluções burguesas, e foram sendo ampliados de acordo com as mudanças históricas e reivindicações populares. Seu objetivo é proteger qualquer ser humano, garantindo a sua dignidade e evitando que o Estado possa violar os direitos de seus cidadãos e cidadãs.

No entanto, cumpre lembrar que o Brasil teve poucos períodos democráticos em sua história e que, em 1969 (data da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos), vivia a radicalização de uma ditadura militar. O direito dessa época reforçava o racismo de Estado, punindo ações contra a segurança nacional. A própria discussão sobre segurança nacional era complexa, e não havia um entendimento nem entre os juristas sobre seu conceito e conteúdo (DAL RI JÚNIOR, 2006, p. 287). Essa amplitude de conceito permitia o arbítrio

do Estado, e acabava por reforçar o racismo de Estado e acobertar violações de direitos humanos praticadas por agentes de segurança pública. Isso fez com que os princípios de direitos humanos, embora ratificados pelo Brasil, só fossem valorizados com o advento da Constituição da República de 1988.

A Constituição da República é clara ao enunciar como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), entendida esta como “o respeito que qualquer pessoa merece” (CARVALHO, 2006, p.355). No art.3º, IV, reforça essa visão ao considerar como objetivo da República a promoção “*do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”.

Na perspectiva atual, a lei é válida para todos, não excluindo nem quem cometeu um crime, nem quem está a serviço do Estado, como preconiza o princípio da igualdade consagrado no caput do art. 5º da Constituição brasileira: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]* Assim, agentes de segurança pública devem agir de acordo com as concepções de direitos humanos, e não a partir do racismo de Estado, desconsiderando direitos de seres humanos por considerá-los perigosos, inimigos da ordem pública pelo simples fato de serem suspeitos ou estarem cumprindo pena.

Esses direitos e garantias foram subdivididos e dispostos ao longo do texto constitucional. Especialmente para a área de segurança pública, podemos destacar o direito à privacidade (art. 5º, X), a inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI), a inviolabilidade de correspondência e comunicação (art. 5º, XII), a vedação de tortura, tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III), o respeito à integridade física e moral da pessoa presa (art. 5º, XLIX), a vedação do racismo (art. 5º, XLII), a vedação de tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII), a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI), a presunção de inocência até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII), a liberdade de crença (art. 5º, VI).

Os cursos de direitos humanos voltados para agentes de segurança pública têm destacado esses pontos, reforçando a necessidade de obediência aos princípios constitucionais e vedando a possibilidade de o Estado admitir que seus agentes ajam contra os cidadãos. Porém, quando se analisa as ações dos agentes de segurança é possível

concluir que essa postura encontra resistências para ser colocada em prática, com os agentes se recusando a, em seu cotidiano, aplicar os princípios de direitos humanos por considerá-los inaplicáveis a pessoas classificadas como inimigas.

Nota-se, por fim, que a grande discussão sobre segurança pública, atualmente, é a o racismo de Estado, vigente por longo tempo, em contraposição aos princípios de direitos humanos preconizados atualmente inclusive pela Constituição da República. A prática de agentes de segurança pública ainda está voltada para o sistema racista, e constitui seu marco teórico, com fins de defesa e preservação do Estado. No entanto, o respeito aos direitos humanos e à Constituição da República obrigam à mudança de paradigma para que o racismo de Estado seja abolido, e que todos os seres humanos sejam respeitados, inclusive os que porventura parecerem agir, ou agirem, contra o Estado. Para isso, é necessário identificar quais práticas dos agentes de segurança pública ainda estão calcadas no racismo de Estado, obrigando-os a modificá-las em prol dos direitos humanos e do respeito à legislação brasileira.

III - Metodologia:

3.1. Tipo da pesquisa

3.1.1. Pesquisa qualitativa: grupo focal

A avaliação do impacto está relacionada às mudanças proporcionadas na *performance* dos profissionais do sistema de defesa social em virtude dos resultados da capacitação e/ou treinamento, feita por eles, nas temáticas relacionadas aos direitos humanos, demonstrando o poder de influência e irradiação desta capacitação e/ou treinamento. Essas mudanças podem ser captadas de forma mais profícua a partir das experiências e percepções dos profissionais capacitados e/ou treinados. Nesses termos, uma metodologia qualitativa baseada na técnica de grupos focais se justifica uma vez que o grupo nos permite captar experiências, sentimentos, percepções e preferências. Através de histórias e contextualizações de situações vivenciadas pelos operadores do sistema de defesa social será possível estimular a discussão em várias perspectivas. Além de permitir explorar questões não previstas.

A técnica de grupos focais é de origem anglo-saxônica e começou a ser utilizada em pesquisas de marketing nos anos 50, através de expoentes como Robert Merton, Patrícia Kendall e P. Lazarfeld (Loos; Schäffer, 2001). A partir dos anos 80, principalmente por sua característica não diretiva, a técnica passou a conquistar um locus privilegiado nas mais diversas áreas de estudo, inclusive na tentativa de uma melhor compreensão dos fenômenos ligado à violência e a criminalidade. Desde então, vários pesquisadores se propuseram à tarefa de definir o que vem a ser o grupo focal.

Para Caplan (1990), os grupos focais são *“pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”*. Constituindo-se em uma ferramenta muito comum utilizada por pesquisadores nas Ciências Sociais, na Ergonomia, nas Ciências Médicas, na Ciência da Informação e na Segurança Pública.

Diferentemente de Caplan e em alusão ao conceito de esfera pública de Jürgen Habermas, Gaskell afirma que os grupos focais podem ser definidos como uma *“esfera pública ideal”*, já que se trata de *“um debate aberto e acessível a todos [cujos] assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional”* (Gaskell, 2002).

Segundo Rodrigues Grupo Focal é *“uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”* (Rodrigues, 1988). Acrescentando Gomes e Barbosa pontuam que *“o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”* (Gomes e Barbosa, 1999). Por sua vez, Krueger descreve-o como *“pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”* (Krueger, 1996).

Diferentemente da definição de cada autor, o importante é pontuar que, atualmente, a técnica se apresenta como a mais profícua no sentido de captar sentimentos e percepções de atores envolvidos em determinados fenômenos.

Os grupos focais são geralmente constituídos por um número de seis a oito pessoas, que são convidadas a debater sobre um determinado assunto com a ajuda de um moderador. O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. O autor

sugere uma progressão natural dos assuntos, partindo de tópicos mais gerais até chegar ao foco específico da pesquisa. A discussão do grupo focal deve acontecer numa atmosfera agradável e informal, capaz de colocar seus participantes à vontade para expor ideias, sentimentos, necessidades e opiniões. A dinâmica e a interação do grupo é parte integrante da técnica, pois os participantes, engajados na discussão, dirigem seus comentários aos outros participantes, ao invés de interagirem apenas com o moderador. É importante considerar a interação do grupo como algo produtivo que amplia o espectro de respostas, ativando detalhes de experiências esquecidas e desinibindo os participantes (Caterall & Maclaran, 1997). Ressalta-se que os grupos focais são úteis quando os pesquisadores buscam soluções criativas e inovadoras, coletando informações não facilmente obtidas por meio de outras técnicas: *“os resultados de um grupo focal são ilustrativos e fornecem um conjunto de idéias em relação ao tópico de interesse”* (Johnson, 1994). Comparado ao questionário, ferramenta usual de coleta de dados, o grupo focal, por dar oportunidade aos participantes de exporem aberta e detalhadamente seus pontos de vista, é capaz de trazer à tona respostas mais completas, permitindo ao pesquisador conhecer melhor e mais profundamente o grupo pesquisado.

Geralmente a atuação das pessoas em um grupo obedece a certa progressão de níveis. O moderador tem a difícil tarefa de conduzir a reunião de forma a ultrapassar o nível superficial e defensivo, normal em qualquer interação entre pessoas desconhecidas, com intuito de alcançar o lado autêntico de cada participante. É importante ressaltar que o grupo focal visa à geração de ideias e opiniões espontâneas, sendo extremamente importante a participação de todos, porém sem coação. Nesse sentido, o moderador deve promover a discussão entre os participantes, sem perguntar diretamente a cada um deles, isto é, sem que a reunião pareça uma série de entrevistas individuais. O papel do moderador é muito mais passivo do que o de um entrevistador. Diferentemente de outras técnicas de reunião, seu objetivo é a sinergia entre as pessoas e não o consenso. Dito de outra forma, as questões aventadas pelo Pesquisador devem ser capazes de instaurar e alimentar o debate entre os participantes, sem que isso equivalha à preocupação com a formação de consensos. Logicamente, algumas opiniões causam mais impacto e polêmica que outras, gerando reações que ora convergem ora divergem. O importante é que todos tenham possibilidades equânimes de apresentar suas concepções e que elas sejam discutidas e complexificadas.

3.2. Universo da pesquisa

3.2.1. Municípios

A presente pesquisa se dará nos municípios onde, em 2.008, os profissionais foram capacitados, a saber: Belo Horizonte, Varginha, Teófilo Otoni, Barbacena e Uberlândia.

3.3. Plano amostral ou perfil dos abordados:

A presente pesquisa é composta de 2 momentos. Primeiramente, serão realizados grupos focais com Policiais Civis (PC); Policiais do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CB); Agentes socioeducativos (ASE); Agentes Penitenciários (AP) e Policiais Militares (PM) de diferentes patentes e que ocupam diferentes funções dentro de suas respectivas instituições. Cinco grupos focais serão realizados em Belo Horizonte, os outros 4 grupos focais serão realizados um em cada cidade supracitada, conforme distribuição abaixo:

<i>LOCALIDADES</i>	<i>GRUPOS FOCALIS</i>				
	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
Belo Horizonte	1	1	1	1	1
Varginha	1				
Teófilo Otoni	1				
Barbacena	1				
Uberlândia	1				

Em um segundo momento da pesquisa, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos operados do sistema de defesa social capacitados pela SEDS, serão feitas ligações para a caracterização socioeconômica de 50% dos profissionais capacitados e ou treinados cujos contatos tenham sido localizados.

IV – ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA

4.1. Revisão Bibliográfica

No Brasil, as taxas de homicídios aumentaram desde a década de 80 e vêm se mantendo em um nível consideravelmente elevado¹. Diante desta realidade, o termo através do qual o Estado concebia o paradigma da segurança pública vêm sendo, sistematicamente, repensado desde 2001. Se antes o foco desta reflexão se assentava sobre o eixo da repressão, atualmente a prevenção emerge como outra forma de complementar e complexificar a questão. Em outras palavras, para fazer frente à violência enquanto um fenômeno social mais amplo houve a necessidade de ampliar o foco de discussão, acentuando dois pontos fundamentais: a prevenção e a repressão qualificada. A perspectiva de se trabalhar com esses dois pontos, de forma não antagônica, ou seja, como eixo complementar, tornou a constituir outro paradigma em relação à segurança pública.

No sentido supracitado, a preservação da “ordem” passa pela construção de uma *Segurança Cidadã*. Isso significa, entre outros instrumentos², garantir a proteção dos direitos dos cidadãos de uma forma preventiva e integrada; trabalhar no sentido de promoção de ambientes seguros, da qualidade de vida e incentivar, cada vez mais, a filosofia de trabalho da polícia comunitária a todos os órgãos de Polícia. Sendo assim, o agente de segurança deve atuar enquanto um promotor dos direitos humanos e das temáticas a eles relacionadas, uma vez que a eficiência, eficácia e efetividade policial estão diretamente relacionadas a uma atuação pautada pelo respeito a tais direitos. Essa afirmativa se sustenta à medida que, historicamente, o surgimento de uma polícia profissional nasce em consonância com a luta pelos direitos civis (SKOLNICK, 1994 in MUNIZ, 1999). Nesses termos, uma discussão pertinente sobre a correlação entre os direitos fundamentais do ser humano e a atuação policial nos impele ao cerne do debate

¹De acordo com dados do caderno “Saúde Brasil”, do Ministério da Saúde, as taxas de homicídio no Brasil (número de mortos para cada 100 mil habitantes) foram as seguintes nos últimos anos: 12,2 em 1980; 20,6 em 1991; 24,6 em 1992; 24,3 em 1995; 30,6 em 2002; 28,6 em 2003; 32,3 em 2004; 25,8 em 2005; 25,4 em 2006.

² Segundo o professor Antônio Augusto Cançado Trindade, ex vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e professor titular da UNB, os direitos protegidos devem ser pensados enquanto instrumentos. PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.

sobre os “direitos humanos”. Não cabe, aos propósitos desta revisão, reconstituir a história desse debate, mas ressaltar alguns aspectos importantes a partir dos quais será possível uma compreensão mais qualificada sobre o fenômeno a ser avaliado.

A modernidade enquanto um modo de civilização³ é, muitas vezes, definida pela emergência de várias inovações entre as quais é possível citar a expressão “direitos humanos”. No entanto, em um primeiro momento, os princípios fundadores desses direitos devem ser pensados juntamente com o nascimento dos próprios grupamentos humanos e, mais tarde, com as ideias de natureza humana, cultura e direitos historicamente construídos.

Nesse sentido, faz-se necessário citar alguns antecedentes históricos dos direitos humanos. Primeiramente, princípios morais e religiosos que regiam a conduta das pessoas, especialmente através da ideia de uma criação comum, como sustentam várias religiões. Em um segundo momento, a laicização do direito natural com o entendimento de que determinados direitos são inerentes ao ser humano⁴. Por fim, a aprovação por parte de diferentes culturas e Estados de um conjunto de valores básicos e irrenunciáveis à pessoa humana que orienta a ordem jurídica e são pensados enquanto ideal a ser atingido por todos os povos e todas as nações. A partir desses antecedentes históricos, foi possível a emergência do que se entende hoje por direitos humanos. Cabe pontuar que a proteção dos direitos humanos ocupou posição central na agenda internacional da passagem do século XX para o século XXI. Os múltiplos instrumentos internacionais revelaram uma unidade fundamental de concepção e propósito, partindo do pressuposto de que os direitos protegidos são inerentes a todos os seres humanos. Dessa forma, anteriores e superiores ao

³ A modernidade pode ser melhor compreendida se a percebemos enquanto um modo de civilização. Um modo de estar no mundo, de interpretar e produzir realidade que nasce em um tempo e em um espaço determinado. Também poder-se-ia pensar que, para além deste modo de estar no mundo próprio do Ocidente, a modernidade se constituiu enquanto um projeto, uma vontade orientada para o objetivo de levar este modo de estar no mundo específico – “a civilização” – para outras partes do mundo. BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps*. Paris, Editions L'Equerre, 1.982, p. 1. Texto policopiado traduzido por Lea Freitas Perez e Francisco Coelho dos santos.

⁴ À Grócio se deve a laicização do direito natural, por ele, primeiramente, ter entendido que decorrem da natureza humana determinados direitos. No dizeres do próprio jurista holandês: “em face da natureza razoável e sociável do ser humano, decorrem determinados direitos. Não são criados, muito menos outorgados pelo legislador. Tais direitos são identificados pela reta razão a que eles chegam, avaliando a “conveniência ou a “inconveniência dos mesmos em face da natureza razoável e sociável do ser humano”. FERREIRA, Monoel Gonçalves Filho. *Direitos Humanos Fundamentais*. Editora: Saraiva, 2000, 10.

Estado e a todas as formas de organização política. Consequentemente, as iniciativas de proteção de tais direitos não se exaurem na ação do Estado⁵.

Segundo as Escrituras Sagradas, Deus tentando salvar o povo hebreu, que estava perdendo sua fé, entregou a Moisés os *Dez Mandamentos* (1706 a.C), os quais passaram a ser as principais regras da religião judaica. Esses ordenamentos se constituíram enquanto base para a fundamentação jurídica dos hebreus além de servirem de parâmetro para a criação de regras gerais de direito. Eles continham uma moral diferente da estabelecida pelas antigas civilizações o que, naquele momento, poderia ser considerado uma avanço: “*não matarás*”. (5,17); “*não furtarás*” (5,19); “*não dirás falso testemunho contra teu próximo*” (5,20), etc. ⁶

Não obstante os avanços, um movimento que pressupunha a existência de direitos universais inerentes à pessoa humana estava diretamente vinculado ao surgimento da lei escrita. Nesse sentido, tornou-se consenso considerar o Código de Hamurabi (1694 a.C) como o primeiro ordenamento jurídico escrito do Ocidente. Esse consenso se fez apesar das normas ainda conterem fundamentos de cunho sagrado e apesar do código não garantir a integridade física a todos, uma vez que dispunha, enquanto sanção, da Lei de Talião: “olho por olho e dente por dente”. Nele estavam postulados ordenamentos tais como: “*prevenir a opressão do fraco pelo forte...*” e ter “*Direito à vida, à propriedade, à honra, à dignidade e à família*”. A partir desse momento emerge a real possibilidade para que os códigos pudessem ser utilizados como mecanismos de balizamento de conduta social. Determinados preceitos puderam, ao longo do tempo, ser formalmente reconhecidos e passaram a ser vistos como direitos e liberdades fundamentais à existência humana, os quais não poderiam ser negados ou violados independentemente da condição do indivíduo perante a lei.

Apesar da aparente *naturalidade* de alguns direitos e liberdades, como descrito acima, eles, segundo Hannah Arendt, não são ontológicos, devem ser pensados enquanto um construto (ARENDR, 1989). Nesses termos, em relação ao processo de construção dos direitos humanos, a Lei das XII Tábuas (450 aC) - um conjunto de leis escritas que, pela

⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.

⁶ Evolução dos Direitos Humanos. Texto disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/sc/scdh/parte1/2c1.html>.

primeira vez na história de Roma, passou a valer para todos os habitantes - pode ser considerada um marco que separou o tempo dos preceitos, que exprimia uma visão de mundo ligada ao sagrado e a era das leis, dos textos escritos, precursores da liberdade, da propriedade e da proteção dos direitos do cidadão.

Após a Lei das XII Tábuas, a *Magna Charta Liberatum* ou *Magna Carta* na Inglaterra do ano de 1.215, pode ser considerada a lei nacional, peça básica de todo constitucionalismo, que instituiu diversas normas de caráter pioneiro para a fundamentação dos Direitos Humanos, uma vez que definia as funções do Monarca e, além disso, preconizava outras regras como: “*A liberdade da Igreja*” e o fato de que “*Nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, (...)*”. Neste sentido, a *Magna Carta* serviu como referência para alguns direitos e liberdades civis clássicos como a Lei de *Habeas Corpus* (1679), segundo a qual nenhum cidadão poderia permanecer na prisão por mais de 24 horas sem ter sido julgado e condenado. Além disso, apontou para a judicialidade, um dos princípios do Estado de Direito.

A consolidação do Estado nação se faz em consonância com o processo histórico de monopolização da violência física no âmbito do poder central (TILLY, 1996). A grande característica dos Estados contemporâneos é a separação entre a estrutura social e o exercício das funções judiciárias e administrativas, ou seja, a separação entre o espaço público e o privado. Dessa maneira, o Estado é visto como a única entidade capaz de criar normas jurídicas. Por sua vez, os códigos passam, definitivamente, a ser o instrumento coletivo de referência legal. Exemplo significativo do fato supracitado é a “Declaração de Direitos”, “*Bill of Rights*” (1689), dotada de 13 artigos que limitavam o poder real, subordinando-o ao parlamento e regulamentando o princípio da legalidade. Particularmente, tal declaração, se preocupou com a independência do Parlamento dando o passo definitivo para a separação dos poderes.

De forma mais pontual, a Declaração do Estado de Virgínia (1776) ou Declaração dos Direitos, seguida pelos nove estados independentes antes mesmo de adotarem suas constituições políticas, é considerada a primeira Declaração de Direitos Fundamentais em sentido moderno. Sendo anterior à Declaração de Independência dos EUA. Mais tarde, mais precisamente em Agosto de 1789, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A Constituição francesa de 1848 tinha por princípio *a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade* e incorporou algumas das reivindicações econômicas e sociais da burguesia e do povo. Entretanto, o pleno reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social somente se deu no século XX, com a Constituição do México de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) torna-se um paradigma para o debate em torno dos direitos humanos uma vez que é antecedida e perpassada por violações generalizadas dos direitos e liberdades dos indivíduos. Após a guerra, cresceram os movimentos em prol da perspectiva de que os Estados tinham que prestar contas à outra instância a respeito da maneira como tratavam seus cidadãos. Sendo assim, vários povos e os Estados democráticos foram mobilizados para fazer dos Direitos Humanos a base do sistema da Organização das Nações Unidas - ONU, pontuando a dignidade e a igualdade entre todos os seres humanos. Cabe, neste momento, pontuar esses dois conceitos.

A universalidade dos princípios dos Direitos Humanos, o núcleo do conceito como valor fonte, tem uma ramificação no reconhecimento da *dignidade da pessoa humana*. A origem da palavra *dignidade* é elucidativa para a compreensão dessa ideia essencial. *Dignus*, em latim, é um adjetivo ligado ao verbo *decet* (é conveniente, é apropriado) e ao substantivo *decor* (decência, decoro). Nesse sentido, dizer que alguém teve um tratamento digno significa dizer que essa pessoa teve um tratamento apropriado, adequado, decente. Ampliando esta ideia em relação ao que é necessário para que o ser humano tenha uma vida digna torna-se plausível estabelecer uma correlação entre todos os outros direitos e a dignidade da pessoa humana. Uma vez que a dignidade implica todas as múltiplas e mínimas necessidades e capacidades para uma vida decente: saúde, alimentação, educação, moradia, afeto e liberdade para fazer suas opções profissionais, religiosas, políticas, afetivas, etc.

A outra ramificação da universalidade dos princípios dos direitos humanos como valor fonte provém da *igualdade entre todos os seres humanos*. Parte de uma concepção de igualdade muito peculiar que permite o reconhecimento de diferenças, tais como aquelas relacionadas ao gênero, à raça, à idade concedendo a qualquer ser humano o caráter de fim em si mesmo e não de mero meio para outros fins. Nesses termos, a vinculação essencial dos direitos humanos à dignidade e à igualdade enquanto valores históricos e filosóficos

conduzem, sem dúvida, a um sistema internacional de direitos humanos, a partir dos quais, se esperava ser possível prevenir a repetição de eventos como os ocorridos durante a Segunda Guerra. Essa crença impulsionou a elaboração de Declarações e Tratados internacionais de direitos humanos, assim como a instituição de órgãos de responsabilização de indivíduos e Estados envolvidos em violações a esses direitos. Tal movimento culminou na assinatura da Carta das Nações Unidas em junho de 1945. Desde então, todos os países membros das Nações Unidas concordaram em tomar medidas para salvaguardar os Direitos Humanos.

Instituída em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos obteve a aprovação de 48 Estados membros presentes à Assembleia Geral da ONU. Naquele momento houve a abstenção de oito países: ex União Soviética, Ucrânia, Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, Arábia Saudita e África do Sul. A Declaração consolidou uma visão contemporânea de direitos humanos marcada pela universalidade⁷, indivisibilidade⁸ e pela interdependência⁹ dos direitos. Além disso, a ela foram vinculados juridicamente dois pactos que a completam: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). Juntos, esses três instrumentos passaram a ser chamados de *Carta Internacional*

⁷ A **universalidade** implica o reconhecimento de que todos os indivíduos têm direitos pelo mero fato de sua humanidade. A universalidade diz respeito ao reconhecimento de que somos todos iguais em relação a direitos e por possuímos todos igual dignidade. A percepção de que o indivíduo é sujeito de direitos por ser uma pessoa, e não somente por ter nascido ou ser membro reconhecido de um determinado Estado, flexibilizou a noção tradicional de soberania e consolidou a ideia de que o indivíduo é um sujeito de direitos no âmbito internacional.

⁸ A **indivisibilidade** implica na percepção de que a dignidade humana não pode ser buscada apenas pela satisfação de direitos civis e políticos, tais como os direitos à liberdade de expressão, à liberdade de ir e vir, o direito ao voto, os direitos econômicos, sociais e culturais, o direito à educação, o direito à alimentação e à moradia.

⁹ A **interdependência** aponta para a dependência entre direitos econômicos e direitos civis e políticos, assim como para a dependência entre os direitos civis e políticos e os econômicos. A efetivação do direito ao voto, que é um direito político, depende da garantia ao direito à educação, um direito social. Sem a educação e sem o conhecimento das opções existentes não há o poder efetivo de escolha política pelo voto. Do mesmo modo, a efetivação do direito à alimentação depende da consolidação do direito à participação política. IKWA, Daniela; PIOVESAN Flávia; ALMEIDA, Guilherme e GOMES, Verônica. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR. Abril-Julho, 2006.

dos Direitos Humanos. A partir destes, gradativamente, foram se consolidando três gerações de Direitos.

Direitos políticos e civis são considerados a primeira geração de direitos e constituem-se em instrumentos que visavam coibir os abusos cometidos pelo Estado em relação ao cidadão. São fundamentados, principalmente, a partir da doutrina iluminista e jus naturalista dos séculos XVII e XVIII de onde advém os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, a igualdade perante a lei, dentre outros.

Direitos sociais, econômicos e culturais são considerados a segunda geração de direitos. Surgiram a partir dos movimentos reivindicatórios que exigiam uma atuação efetiva do Estado na implantação da justiça social. Nesta categoria estão, dentre outros, o direito aos serviços estatais tais como assistência social, saúde, educação e trabalho os quais se reportam à pessoa individualmente. Além da garantia de princípios que protegem as instituições.

Direitos coletivos ou difusos constituem-se na terceira geração de direitos. *Direito à infância, direito ao meio ambiente, direito à cidade, direito ao desenvolvimento dos povos*, etc. são também chamados de direitos de fraternidade ou de solidariedade concernentes aos grupos humanos. É lícito afirmar que existe o entendimento de que todos os direitos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) são indissociáveis entre si e são igualmente necessários à garantia da dignidade humana.

Posteriormente, em 1969 foi criada a *Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos* que reafirmava o propósito dos Estados Americanos em consolidar, no Continente, um regime de liberdade pessoal e de justiça social. A convenção postulava normas de caráter material, além de instituir órgãos especializados nos assuntos relacionados ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados integrantes, a saber: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na perspectiva dos diplomatas Marco Antônio Diniz Brandão e Benoni Belli: “a quinta reunião de consultas dos Ministros de Relações Exteriores ocorrida no Chile em 1.959 encarregou o Conselho Interamericano de Juristas de elaborar um projeto de convenção sobre Direitos Humanos. A mesma reunião resolveu criar uma comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH - inicialmente prevista para funcionar provisoriamente até a adoção da convenção encomendada e com a função de promover o

respeito aos Direitos Humanos nos Estados membros da OEA. A II conferência Interamericana extraordinária, realizada no Rio de Janeiro em 1.965, resolveu modificar o Estatuto da comissão e ampliar suas funções e faculdades. A decisão emanada dessa reunião transformou a CIDH em verdadeiro órgão de controle com vistas a garantir uma observância mais efetiva dos Direitos Humanos Fundamentais. No entanto, com base jurídica relativamente frágil, suas recomendações não eram dotadas da força de obrigação jurídica. Essa dificuldade foi superada em 1.967 com o chamado “Protocolo de Buenos Aires” que incorporou a CIDH à própria carta da OEA”. E ainda: “A Corte Interamericana de Direitos Humanos não é um Tribunal penal e não substitui as ações penais relativas às violações cometidas no Estado. A Corte apenas julga se o Estado é ou não responsável por violações à Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo suas sentenças obrigatórias, cabendo ao Estado seu imediato cumprimento”. (PINHEIRO & GUIMARÃES, 2002)

No Brasil, por sua vez, a Constituição de 1988, em seu Artigo 4º, inciso II, foi a primeira a estabelecer a prevalência dos direitos humanos como princípio do Estado Brasileiro em suas relações internacionais. Dessa forma, o Estado se comprometeu a respeitar e a contribuir na promoção dos direitos humanos de todos os povos, independentemente de suas nacionalidades. Dito de outra forma, o Brasil uniu-se à comunidade internacional, assumindo com ela e perante ela a responsabilidade pela dignidade de toda pessoa humana. Esse processo era condizente com a afirmação do Estado Democrático de Direito constitucionalmente pretendido.

Tanto no Brasil, quanto em outros países, os Estados democráticos procuravam garantir a *manutenção da ordem* mediante a obediência a diversos institutos legais que estabeleciam os parâmetros de seu poder de atuação. Essa condição de possibilidade da emergência da polícia como um meio de força singular, cuja doutrina, missão, competências e procedimentos de tomada de decisão são constrangidos pelo próprio Estado de Direito expressa uma tensão estrutural dessas instituições. Em outras palavras, as agências policiais resultam do encontro dramático de aspectos do mundo contemporâneo nem sempre conciliáveis na ordem prática, tais como o monopólio legítimo da força, a esfera de ação legal e o consentimento do cidadão. É cobrado dos policiais, em cada curso de ação escolhido ou em cada ocorrência atendida que produzam resultados efetivos sem

violar as garantias individuais e coletivas. A tensão estrutural na realização de um ato que pressupõe o emprego da força ou a sua ameaça e que seja, a um só tempo, efetivo, legal, legítimo e condizente com os direitos humanos é inerente às “forças comedidas” (SKOLNICK, 1994).

A partir dos termos supracitados parte-se do pressuposto de que a correlação entre direitos humanos e polícia foi, pelo menos no início, uma correlação positiva. Entretanto, tal fato não é disseminado pelo senso comum e tampouco pelos próprios policiais, já que uma grande maioria ainda propaga a ideia de que “*direitos humanos é só para proteger bandidos*”. Tal afirmativa se justifica a medida que, de certa forma, as polícias profissionais surgiram como uma solução, uma resposta adequada às insatisfações públicas relativas às arbitrariedades produzidas pelo uso privado da força e pelas intervenções descontínuas e truculentas do Exército nos conflitos sociais. O mundo urbano possibilitou a configuração de outros padrões de sociabilidade: as pessoas alteraram suas visões de mundo e novos atores foram inscritos ou se inscreveram na arena política. Dessa forma, as práticas de responsabilização individual ou grupal, a existência de esferas isoladas de justiça e julgamento e a delegação individual de autoridade foram, em termos, inviabilizadas. Em outras palavras, os novos desafios e ambientes colocaram em xeque as dinâmicas privadas de vigilância e punição, surgindo, nesse período, um número cada vez maior de reivindicações humanitárias.

Precisamente, nessa época, se concretizaram os esforços de institucionalização dos serviços policiais profissionais que visavam, entre outros pontos, atender a tais reivindicações. Ampliou-se a possibilidade de emergência de uma noção de autoridade assentada sobre os princípios da legalidade e do consentimento e o permanente desafio de viabilizar o seu enraizamento no cotidiano dos cidadãos. Nesse sentido, o surgimento e a disseminação das polícias profissionais por todo o Ocidente refletiram, em boa medida, o processo mesmo de construção da perspectiva liberal do Estado de Direito (BITTNER, 1975). As fortes pressões pela garantia e ampliação dos direitos conquistados e os esforços empreendidos pelos Estados para monopolizar o uso ou ameaça do emprego da força na resolução dos conflitos internos propiciaram o ambiente necessário para o debate sobre a pertinência de uma instituição capaz de atender às exigências impostas por esse novo mundo.

A polícia ostensiva tal qual é vista nos dias de hoje, com uniformes, cassetetes e armas convencionais, remonta às primeiras décadas do século XIX (MACMULLIN, 1992). É o resultado dos esforços de construção de uma concepção de Estado identificada como moderna orientada pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz através de meios pacíficos e civilizados. A polícia britânica, que primordialmente se constituía em oposição ao modelo tradicional de polícia Francesa, tornou-se um paradigma em termos de polícia profissional.

Particularmente em 1820 a cidade de Londres experimentou um ano com inúmeros crimes brutais e uma sequência de desastrosos motins e tumultos urbanos que foram dominados pelas forças militares com graves prejuízos à vida e à propriedade. A manutenção da paz, através das Forças Armadas, mostrou-se falha, uma vez que o uso da repressão armada havia demonstrado não ter nenhum efeito dissuasivo, a despeito de sua ilimitada brutalidade. Os ingleses queriam uma organização que sustentasse a ordem pública, fizesse cumprir a lei e mantivesse a paz nas cidades. Essa organização não poderia intervir nas lutas políticas, questionar as conquistas civis, nem violar a privacidade dos súditos. A ideia era de que surgisse uma polícia sem papel paramilitar, exclusivamente orientada para atender as demandas cidadinas. Sir Robert Peel (1788-1850) e seus colaboradores criaram um projeto de uma nova força policial moderna e profissional que, obstante uma série de compromissos com os seus aliados e oponentes, foi aprovada pelo Parlamento (REINER, 1992). A polícia de Peel deveria ser um meio de força civil, estruturado sob os princípios da hierarquia e da disciplina paramilitares; com uma administração centralizada e autonomia regional; preparada para a ação em grupo, mas com uma prática cotidiana centrada no indivíduo. Nasceu com o intuito de ser uma polícia dos súditos e do parlamento, mas, nunca do Estado. Sua finalidade era “proteger e servir”, não tinha missão investigativa e não se propunha o uso de armas.

A presença pervasiva e contínua da autoridade pública na vida diária das pessoas e a redução dos custos da coerção oficial para o Estado e para as classes proprietárias exigiram, em algum nível, a cooperação negociada com a sociedade civil. Em termos da ambição humanitária buscava-se dramatizar a possibilidade da vida sem violência, mesmo naquelas condições em que a imposição de sanções coercitivas pareciam indispensável para validar o pacto social firmado entre os cidadãos. A violência necessária para compelir a obediência

deveria estar circunscrita, ela mesma, à lei e a própria lei, limitada pelo consentimento dos governados.

Na contemporaneidade, o emprego da força no Estado revestiu-se de sofisticação e preparo técnico. Conforme salienta Bittner (1975:18) a progressiva minimização do recurso à força se fez acompanhar de mudanças significativas na administração da justiça. Aumentaram os esforços de difusão do julgamento justo, à luz da lei, em lugar da paixão, da comunidade ou do arbítrio da autoridade. Nesse sentido, as agências policiais nasceram e existem para fazer convergir, em nível operacional, a eficácia do trabalho de polícia e o pleno exercício dos direitos civis. No entanto, na prática, existe um estranhamento entre o meio policial e a perspectiva dos Direitos Humanos. Em outras palavras, por um longo período, o tema foi considerado antagônico em relação à Segurança Pública. Vários expoentes analisam esta dicotomia como um produto do autoritarismo vigente no país entre 1964 e 1984, reflexos deixados pela história recente de ditadura e repressão ocorrida durante o regime militar. Para os militantes dos Direitos Humanos, o legado dessa história seria o estigma de subversivos e perigosos para a segurança nacional, justamente por lutarem contra atitudes violentas e desumanas praticadas por agentes do Estado. Esses mesmos militantes, por sua vez, caracterizavam a polícia como necessariamente afeta à repressão antidemocrática, à truculência e ao conservadorismo. Além de pontuarem que, para muitos policiais, a violência seria uma ação instrumental da polícia no combate à criminalidade e, portanto, o desrespeito aos Direitos Humanos seria uma consequência da tarefa de retirar de circulação as pessoas que violassem a lei. As principais hipóteses que emergem para discussão são se tal reação decorre do desconhecimento dos policiais sobre a temática dos Direitos Humanos ou se eles discordam dos procedimentos práticos e legais de proteção desses direitos.

A matéria de Direitos Humanos até um passado recente, não fazia parte da grade curricular das escolas de formação policial no Brasil. O estudo dos Direitos Humanos nas polícias brasileiras surgiu da necessidade das instituições de segurança pública se adaptarem aos novos tempos democráticos, os quais exigiam mudanças profundas no aparelho estatal. As constantes denúncias de violações sistemáticas dos Direitos Humanos daqueles que estavam sob a custódia da polícia, as pressões sociais para a extinção de alguns órgãos de segurança pública que desrespeitavam os direitos inalienáveis à vida e a

integridade física, permitiram que, pelos menos, a discussão sobre o tema chegasse aos quartéis e às delegacias.

Teoricamente, o tema Direitos Humanos já faz parte da realidade policial. Entretanto impõe-se o desafio de vislumbrar em que medida esse discurso está sendo incorporado na prática diária desses profissionais. Cabe tentar perceber se há discordância em relação aos procedimentos práticos e legais de proteção dos Direitos Humanos e as práticas adotadas por aqueles que lutam para propagar os Direitos Humanos.

Finalizando, cabe afirmar que é ponto comum entre todos os atores envolvidos no debate que trabalhar com direitos humanos exige atualização e principalmente, a operacionalização do que é ensinado.

4.2. Mapeamento da Proposta Pedagógica

Em um primeiro momento, pretendia-se ter acesso a todo material utilizado nos cursos relacionados à temática dos Direitos Humanos oferecidos pela SEDS, no ano de 2008, no intuito de mapear a forma como foram desenvolvidos os princípios dos Direitos Humanos nestes cursos. A proposta seria partir deste material tanto para balizar a construção do roteiro guia quanto para captar, ao final da pesquisa, a existência ou não de uma correlação entre o conteúdo programático dos cursos, a forma como este conteúdo foi desenvolvido e a aplicação dos princípios dos Direitos Humanos na rotina do profissional capacitado. No entanto, foi possível ter acesso apenas ao ementário das disciplinas com o desenvolvimento dos seguintes temas: Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH); Direito Internacional Humanitário (DIH); Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder (VCAP); Captura e Detenção (CD); Organização e Atividades do CICV; Gerenciamento de Crise (GC); Manutenção da Ordem Pública (MOP); Conduta Ética e Legal (CEL); Humanização da Polícia (HP); Metodologia do Ensino Policial (MEP); Grupos Vulneráveis (GV); Treinamento com Arma de Fogo (TAF); Uso da Força e Arma de Fogo (UFAF); Abordagem a Suspeitos (TPB1); Abordagens a Veículos (TPB2); Adentramento em Edificações (TPB3); Imobilizações Táticas (IT); Direitos Humanos e a Investigação Policial (DHIP) e ao manual “Para Servir e Proteger” de C. de Rover. Nesse sentido, para a criação do roteiro guia foram pensadas, em um primeiro momento, três contextualizações

baseadas em fatos ou situações de filme amplamente divulgados pela mídia para servirem como “quebra-gelo” no grupo focal. As outras situações foram pensadas a partir de fatos reais. Abaixo de cada situação encontra-se uma resposta esperada que indica ao pesquisador a que princípio dos Direitos Humanos a situação foi baseada.

4.3. Listagem dos profissionais treinados e ou capacitados pela SEDS

Em conformidade com os dados oferecidos pela Superintendência de Avaliação e Qualidade de Atuação do Sistema de Defesa Social (SASD) e a partir de levantamentos realizados pelo CRISP, foi possível, até o momento, entrar em contato com vários operadores do sistema de defesa social conforme as tabelas abaixo. Cabe ressaltar que o processo está em andamento, conforme os envios feitos pela (SASD).

TABELA 1

<i>LOCALIDADE</i>	<i>CONTATOS</i>				
<i>BELO HORIZONTE</i>	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
	32	9	1	1	1

TABELA 2

<i>LOCALIDADE</i>	<i>CONTATOS</i>				
<i>VARGINHA</i>	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
	11	4	0	2	2

TABELA 3

<i>LOCALIDADE</i>	<i>CONTATOS</i>				
<i>TEÓFILO OTONI</i>	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
	5	3	0	0	0

TABELA 4

<i>LOCALIDADE</i>		<i>CONTATOS</i>			
<i>BARBACENA</i>	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
	8	2	3	0	0

TABELA 5

<i>LOCALIDADE</i>		<i>CONTATOS</i>			
<i>UBERLÂNDIA</i>	<i>PM</i>	<i>PC</i>	<i>CB</i>	<i>ASE</i>	<i>AP</i>
	14	2	0	0	0

V - Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2002. Compact Disc.

BALESTERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo-RS, CAPEC. Paster Editora, 1998.

BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps*. Paris, Editions L'Equerre, 1.982, p. 1. Texto policopiado traduzido por Lea Freitas Perez e Francisco Coelho dos santos.

BITTNER, Egon. *The Functions of Police in Modern Society. A Review of Background Factor, Current Practices and Possible Role Models*. New York. Janson Aronson, 1975.

_____. *Aspects of PoliceWork*. Boston. Northeastern University Press, 1990.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAPLAN, S. *Using focus group methodology for ergonomic design*. Ergonomics, v. 33, n.5, 1990.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito Constitucional*. 10^a ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

CATERALL, M., MACLARAN, P. *Focus group data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots*. Sociological Research Online, v. 2, n.1, mar. 1997. Disponível em <<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/1/6.html>>.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. *Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. In: XIII ENCONTRO DA

DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FERREIRA, Monoel Gonçalves Filho. *Direitos Humanos Fundamentais*. Editora: Saraiva, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

GASKELL, G. *Entrevistas individuais e grupais*. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES E.S; BARBOSA E.F. *A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos*. In: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 30 de Agosto de 2000. <<http://www.educativa.org.br>>

HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica européia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

IKWA, Daniela; PIOVESAN Flávia; ALMEIDA, Guilherme e GOMES, Verônica. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR. Abril-Julho, 2006.

JAYME, Fernando Gonzaga. *Direitos Humanos e sua Efetivação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JOHNSON, D. *Focus groups*. In: ZWEIZIG, D. et al. *Tell it! Evaluation sourcebook & training manual*. Madison: SLIS, 1994.

KRUEGER R.A. *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. London: Sage Publications, 1996.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006.

MOREIRA M.R. *Estudo Sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Município do Rio de Janeiro X RA - Ramos*. Projeto de Pesquisa FIOCRUZ/FAPERJ. Mimeo, 2000.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *“Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser”: Cultura e Cotidiano da Política Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Organização dos textos por Valério de Oliveira Mazzuoli. 3ª Edição, São Paulo: revista dos Tribunais, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3ª Edição, São Paulo. Max Limonad, 1997.

RODRIGUES A.R. *Pontuações Sobre a Investigação Mediante Grupos Focais*. Seminário COPEADI – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.

ROVER de Cees. *Manual Para Servir e Proteger*. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 4ª. Edição, Genebra, 2005.

SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissiones*. Tortura e processo penal na península ibérica. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SCHÄFFER, B. Generationen, medien, bilgung: medienpraxiskulturen im generationenvergleich. Opladen: Leske/Budrich. In: *Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária*.— SENASP no. 002/2007. Brasília. DF.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2003.

SKOLNICK, Jerone H. *Justice Without Trial. Law Enforcement in Democratic Society*. New York. Macmillan College Publishing Company, 1994.

SILVA, Suamy Santana. *Teoria e Prática da Educação em Direitos Humanos nas Instituições Policiais Brasileiras*. Passo Fundo-RS, CAPEC, 2003.

TILLY, Charles. *Como a guerra fez os Estados e Viceversa*. In: *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.